

A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular

Financial Education and the Common Curricular National Basis

Cassio Cristiano Giordano¹
ccgiordano@gmail.com

Marco Rodrigo da Silva Assis²
marcoassis@marcoassis.com.br

Cileda de Queiroz e Silva Coutinho³
cileda@pucsp.br

Resumo

Neste artigo, discutimos as novas perspectivas para a Educação Financeira no Brasil com ênfase na publicação da Base Nacional Comum Curricular e o potencial dessas mudanças para a promoção do letramento financeiro. A abordagem metodológica escolhida por nós é o estudo bibliográfico documental e o quadro teórico é a Educação Matemática Crítica, norteando a análise sobre as dimensões cultural, social, educativa e política que permeiam as discussões sobre Educação Financeira na Educação Básica Brasileira. Nossa questão de pesquisa é “Em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC apresenta avanços para o desenvolvimento da Educação Financeira Brasileira e promoção do letramento financeiro dos alunos?” Concluimos que sim. Nos tempos da elaboração dos PCN, a Educação Financeira ainda não era discutida no Brasil. Os PCN se limitaram a assegurar presença da Matemática Financeira. A BNCC ampliou o espaço da Matemática Financeira no currículo e garantiu a presença da Educação Financeira, propondo uma abordagem transversal, centrado na realidade do aluno, tratando de problemas sociais e ambientais, estimulando o emprego de tecnologias digitais e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Palavras-chave: Educação Financeira, Letramento Financeiro. Educação Matemática Crítica. BNCC. PCN.

¹ Mestre em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

² Mestre em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

³ Doutora em Educação Matemática pela Université Joseph Fourier - Grenoble I. Professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Abstract

In this article, we discuss the new perspectives for Financial Education in Brazil with emphasis on the publication of the National Curricular Common Base and the potential of these changes for the promotion of financial literacy. The methodological approach chosen by us is the documentary bibliographic study and the theoretical framework is the Critical Mathematics Education, orienting the analysis on the cultural, social, educational and political dimensions that permeate the discussions on Financial Education in the Basic Brazilian Education. Our research question is "Regarding the National Curricular Parameters - PCN, the National Curricular Common Base - BNCC presents advances for the development of Brazilian Financial Education and the promotion of students' financial literacy?" We conclude that yes. At the time of the elaboration of the PCN, Financial Education wasn't yet discussed in Brazil. The PCN merely ensured the presence of Financial Mathematics. BNCC has expanded the scope of Financial Mathematics in the curriculum and ensured the presence of Financial Education by proposing a cross-sectional approach, proposes a work centered on the student's reality, dealing with social and environmental problems, stimulating the employment of digital technologies and the development of critical thinking.

Keywords: Financial Education, Financial Literacy, Critical Mathematics Education, BNCC, PCN.

Introdução

A Educação Financeira constitui um amplo campo de investigação que mobiliza saberes, habilidades, competências, crenças e concepções envolvendo diferentes áreas do conhecimento humano, como a Matemática, a Política, a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, dentre outras.

Para explorar tal complexidade na Educação Básica, acreditamos ser fundamental sua introdução no currículo formal das escolas desde os anos iniciais, como preconiza a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OECD (2005b, p. 5): “A Educação Financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas”.

A OECD (2005b) considera que

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual os consumidores/investidores financeiros melhoram a sua compreensão dos produtos, conceitos e riscos financeiros e, através de informações, instruções e/ou conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para tomar consciência dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas bem informadas, para saber onde pedir ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro. A educação financeira vai além do fornecimento de informações financeiras e consultoria [...] (OECD, 2005b, p. 4).

Já em 2008 (OECD, 2008), essa mesma organização publicou documento no qual afirma que a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar de forma sistêmica é considerada uma das formas mais eficientes e justas de alcançar toda uma geração. Desde 1999, o Brasil faz parte

da OECD, na condição de convidado, participando das reuniões em nível ministerial, muito embora até 2019 não tenha alcançado o objetivo de tornar um de seus membros efetivos. Com esse intuito, o Brasil vem acatando as recomendações, diretrizes e orientações provenientes das discussões e decisões resultantes destas reuniões, o governo brasileiro iniciou a elaboração de um projeto, cuja finalidade era edificar uma estratégia financeira que atendesse às necessidades da população brasileira.

No ano de 2010, o governo brasileiro promulgou o decreto 7.397/2010 (BRASIL, 2010), no qual instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, que tem como objetivo principal fomentar e apoiar ações que visem ao aprimoramento da população brasileira quanto às questões financeiras, tornando-a cada vez mais consciente e segura na tomada de decisões, contribuindo, então, para o fortalecimento da cidadania.

Desta forma, em 2011 foi criado um programa de Educação Financeira para o Ensino Médio, implementado em caráter experimental em seis escolas públicas dos seguintes estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal.

A proposta da ENEF nas escolas (BRASIL, 2011) teve como principal objetivo a educação das crianças e adolescentes, orientando-os ao uso consciente do dinheiro, cultivando hábitos e comportamentos mais adequados para a sua saúde financeira e bem-estar social. Tal proposta parte do pressuposto que indivíduos educados financeiramente podem contribuir de modo mais efetivo para a formação de uma sociedade mais responsável e comprometida com o futuro.

A partir de 2014, criou-se o programa de Educação Financeira para o Ensino Fundamental. Participaram, em caráter experimental, algumas escolas da rede municipal de duas cidades brasileiras: Joinville (SC) e Manaus (AM).

Ainda no âmbito da ENEF, podemos citar outras iniciativas e ações como: Mapa da Educação Financeira no Brasil, Selo ENEF e a Semana Nacional de Educação Financeira, que teve sua sexta edição no período de 20 a 26 de maio de 2019.

Primeiramente, salientamos que, para este trabalho, a Matemática Financeira é considerada um terreno fértil ao desenvolvimento do processo de Educação Financeira. Desta forma, nota-se que embora presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998), a Matemática Financeira estava limitada a desempenhar um pequeno papel dentro da disciplina de Matemática. Já a expressão “Educação Financeira”, como a conhecemos atualmente, não está contemplada de forma explícita pelos PCN. É possível justificar esta ausência, se nos ativermos ao fato de que, no

Brasil, o termo Educação Financeira passa a se popularizar substancialmente a partir da elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira, em 2010.

Apesar do descrito no parágrafo anterior, é possível encontrar nos PCN orientações para a abordagem de problemas cotidianos dos alunos, muitos dos quais relacionados, direta ou indiretamente, à situação econômica do aluno, de sua família, da escola, de sua comunidade, do seu país e até mesmo questões de caráter global. Com isso, podemos inferir a existência de um terreno fértil para a Educação Financeira, sobretudo sem o viés de Educação Bancária (destinada predominantemente ao consumo de produtos bancários).

Nos PCN de Matemática, como observa Azevedo (2019), estão presentes conteúdos, habilidades e competências associadas à Matemática Financeira, tanto no bloco destinado ao Tratamento da Informação quanto no bloco destinado à Álgebra, mas é nos PCN de Temas Transversais (BRASIL, 2000b) que os problemas característicos da Educação Financeira ganham destaque, sobretudo em “Ética e Cidadania”, “Meio Ambiente” e “Trabalho e Consumo”. Encontramos problemas relacionados à economia, às finanças e ao consumo.

Por conseguinte, é possível depreender que a partir da existente demanda contida nos PCN por uma formação capaz de oferecer, aos estudantes, oportunidades de desenvolverem habilidades e competências para o pleno exercício da cidadania, surgem, ainda que de maneira comedida, as primeiras sugestões sobre questões econômicas e financeiras no âmbito escolar.

Ainda segundo Azevedo (2019), o termo “consumo” aparece 14 vezes nos PCN e 36 vezes na versão completa da BNCC. Além de Matemática e dos Temas Transversais, essa palavra também aparece nos PCN de Geografia, Arte e Língua Inglesa, mas é na BNCC que ela aparecerá explicitamente associada à Educação Financeira Crítica, considerando fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais mais complexos que a mera perspectiva de compra e venda de produtos e serviços.

No ano de 2014, o Ministério da Educação e Cultura iniciou a elaboração da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, com o objetivo e as características de um documento normativo que trouxesse os conhecimentos mínimos necessários para o desenvolvimento de competências gerais almejadas para o pleno exercício da cidadania, para adaptação ao mundo do trabalho e para a solução de questões cotidianas, de forma plena, por toda a população brasileira.

A primeira versão da BNCC para o Ensino Fundamental ficou pronta em 2015. Após algumas alterações, outra versão foi concluída em 2016. Finalmente, no ano de 2017, a terceira

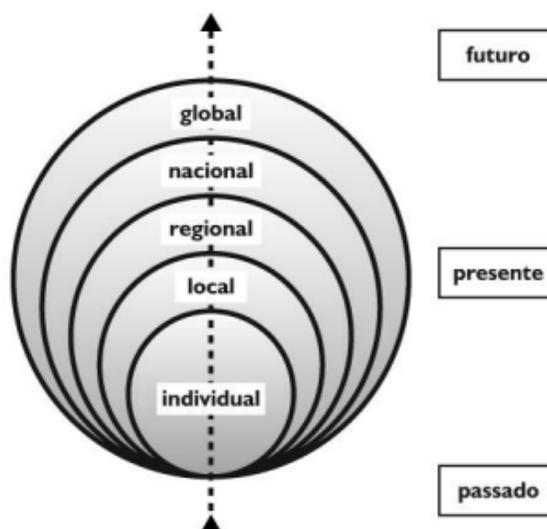
versão para a Educação Infantil e Ensino Fundamental foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), recebendo os ajustes finais, decorrentes das análises e discussões realizadas com diversos setores da sociedade. Processou-se, então, a homologação do texto final das etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental, em dezembro do mesmo ano.

Já no texto introdutório da BNCC, é notória a inovação que diz respeito à Educação Financeira e à Matemática Financeira, pois apresenta, de forma clara e objetiva, a orientação de que sejam abordados conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos, elencando uma série de conteúdos básicos para discussão, tais como taxa de juros, inflação, investimentos, impostos.

A BNCC trata da Educação Financeira e do consumo nas disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa, Matemática, Geografia e História. Em Língua Portuguesa, uma das habilidades elencadas prevê que os estudantes aprendam a ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês. Já em Ciências Naturais, a BNCC destaca, dentre outras, habilidades relacionadas ao cálculo do consumo de energia elétrica de eletrodomésticos e a avaliação do impacto do uso no orçamento mensal da família. Tais habilidades têm o potencial de impactar positivamente a saúde financeira do cidadão. A promoção da Educação Financeira pode gerar empoderamento, já que o cidadão consciente e esclarecido quanto ao dinheiro e seu uso tem mais oportunidades e conhecimentos para, possivelmente, administrar seus recursos de forma consciente e sustentável. Tais mudanças não dependem apenas da utilização de planilhas e calculadoras, mas também do desenvolvimento de novos hábitos, comportamentos e valores.

As propostas para desenvolvimento de estudos interdisciplinares envolvem as dimensões cultural, social, política, psicológica e, naturalmente, econômica, sobre as questões referentes ao trabalho, ao consumo e ao uso racional do dinheiro. Envolvem as dimensões espacial e temporal, em nível individual e social, como vemos no modelo abaixo:

Figura 1. Dimensões Espacial e Temporal da Educação Financeira



Fonte: Plano Diretor da ENEF (FERREIRA, 2019, p. 62).

Desta forma, podemos inferir que a implantação da BNCC (BRASIL, 2017, 2018) pode impulsionar a ampliação das ações educativas que visem à promoção da Educação Financeira Brasileira, considerando tanto sua presença curricular dentro da própria disciplina de Matemática, quanto articulando-a com outros saberes, como um tema transversal.

Algumas definições de educação financeira

Atualmente, a comunidade acadêmica internacional reconhece a importância da Educação Financeira na vida das pessoas. As pessoas têm de lidar cada vez mais jovens com produtos financeiros, sujeitos a processos de contínuo aperfeiçoamento e adaptação, gradativamente bem mais complexos e dinâmicos.

Destacando a importância da Educação Financeira para o cidadão comum, Teixeira (2015, p. 13) ressalta que

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos.

A OECD é um organismo internacional fundado em 1948, sediado em Paris, França, formado por 35 países que aceitam os princípios de representatividade econômica de mercado. Ela tem por objetivos fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas nacionais e internacionais com o intuito de promover práticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo.

Para a OECD (2005a), a Educação Financeira é um processo por meio do qual os consumidores/investidores aprimoram a sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros (grifo nosso) de maneira que uma informação, instrução ou orientação fortaleçam a confiança e as competências necessárias para desenvolver consciência e criticidade frente a oportunidades e riscos financeiros e, conseqüentemente, fazer escolhas que melhorem o seu bem-estar financeiro. Observa-se aqui o viés da Educação Financeira com tendência ao consumo dos produtos bancários, tais como investimentos, seguros, planos de previdência etc. Acreditamos que a Educação Financeira deve ser mais que do que isso. Antes de falarmos de valores financeiros, é necessária uma ampla discussão sobre valores, sobre promoção do bem-estar individual e social.

Antes de 2005, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – já definia Educação Financeira como a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar novas tecnologias conforme os diversos contextos, em um processo contínuo de aprendizagem que possibilita que os indivíduos alcancem os seus objetivos, desenvolvendo seu potencial, suas habilidades e competências, a partir da aquisição e aprimoramento de seu conhecimento. Isso permite que participem de forma crítica em sua comunidade, contribuindo para o bem-estar social (UNESCO, 2003).

Para atender a essa vertente da Educação Financeira como construção para o bem-estar social e do indivíduo ao invés de preparação para o consumo de produtos bancários, optamos por um olhar sob a ótica da Educação Matemática Crítica. Nesta perspectiva, Skovsmose (2001) ressalta que tanto o professor quanto o aluno assumem papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem. Eles devem ser parceiros, ser tratados como iguais. Não cabe ao professor um papel decisivo e prescritivo, pelo contrário, deve haver amplo diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo educacional. O desenvolvimento da criticidade emerge de práticas investigativas dinâmicas e colaborativas, em situações contextualizadas na realidade dos alunos. É importante que o professor proporcione a eles situações de aprendizagem que permitam que se conscientizem sobre a relevância da Educação Financeira para suas vidas.

Campos, Teixeira e Coutinho (2015), inspirando-se nesse trabalho de Skovsmose, defendem a implantação de uma proposta de Educação Financeira contextualizada “dentro de uma realidade condizente com a dos alunos”, enfatizando o papel do professor e a necessidade de capacitá-lo para enfrentar tal desafio. Para tanto, propõem como estratégias possíveis a resolução de problemas, a modelagem matemática e utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Segundo eles,

[...] a Educação Financeira pode e deve ser trabalhada no âmbito escolar desde os níveis básicos, observamos que a disciplina de Matemática e mais especificamente a Matemática Financeira se presta para esse fim. Contudo, os conteúdos de Matemática Financeira devem ser contextualizados e trabalhados dentro de uma realidade condizente com a dos alunos. [...] O desafio de desenvolver a Educação Financeira nas escolas passa pelo enfrentamento da necessidade de capacitação dos professores para esse fim (CAMPOS; TEIXEIRA; COUTINHO, 2015, p. 575).

Acreditamos que uma proposta dessa natureza necessite do envolvimento de várias disciplinas, do emprego de metodologias ativas de ensino, de uma abordagem interdisciplinar, da utilização de novas tecnologias, de formação de professores, de novos materiais didáticos, mas acreditamos também que nada disso acontecerá em nível nacional sem políticas governamentais mais efetivas.

Letramento Financeiro

Um dos objetivos fundamentais da Educação Financeira é a promoção do letramento financeiro.

Segundo algumas das principais pesquisadoras desse tema no Brasil (KLEIMAN, 1995; TFOUNI, 1988, 2006, 2010; SOARES, 2016, 2017), o letramento, de forma mais ampla, é processual, dinâmico e contínuo, influenciado por fenômenos socioculturais e históricos, além de ser considerado pela maioria dos pesquisadores um elemento transformador da ordem social, na medida em que permite acesso e manipulação da informação. Para eles, o letramento está associado ao domínio da língua natural e à compreensão do contexto, fatores que fazem a hipótese ser também essencial ao letramento estatístico e probabilístico.

Diferentemente do letramento estatístico e do letramento probabilístico, não temos modelos de letramento financeiro tão bem definidos e amplamente aceitos pela comunidade científica.

Entretanto, as definições de letramento financeiro apresentam similaridades, conforme Sena (2017) e Coutinho e Campos (2018). Isso se justifica, em parte, porque a Educação Financeira é um campo de estudos mais jovem que a Educação Estatística e Educação Probabilística (incluídas, por alguns autores, em um campo maior de saberes e práticas, a Educação Estocástica).

No contexto da Educação Financeira, de acordo com Vitt (2004), o letramento desempenha um papel fundamental. Ele pode ser compreendido como um processo de instrumentalização do cidadão, visando melhorar a sua capacidade de tomar decisões que afetem diretamente sua situação financeira (como escolha por um plano de saúde ou de previdência privada). Para essa autora, tal letramento representa o resultado de um esforço sistemático no aprimoramento de comportamentos e atitudes adequadas, embasadas em conhecimento financeiro bem como nos valores pessoais (relativos à vida interna, tanto psicológica quanto espiritual, física, social e financeira). Vitt (2004 p. 76) afirma que

Os esforços da Educação Financeira de real importância podem ser baseados nos valores dos consumidores e no que eles podem aprender a valorizar. Incorporar os valores dos consumidores em oportunidades de aprendizagem pode fornecer a "centelha interna" que é essencial para eles desejarem a autossuficiência financeira porque acreditam que podem realmente alcançá-la. Os profissionais de serviços financeiros e os educadores, como anunciantes, devem atender os consumidores em seus próprios termos. Há poucas chances de que mudanças reais nos comportamentos financeiros do consumidor ocorram, a menos que os objetivos de todos os interessados financeiros sejam trazidos para congruência (tradução nossa).

Para Criddle (2006), um bom nível de letramento financeiro vai além de saber planejar o orçamento familiar e controlar contas bancárias, caderneta de poupança e outros investimentos. Ele julga necessária uma profunda reflexão sobre o valor do dinheiro antes de determinar objetivos e traçar metas para a vida pessoal. O letramento financeiro é, assim, um processo que deve considerar o papel do indivíduo em sua sociedade.

Já segundo Orton (2007), esse processo envolve a competência leitora para análise e interpretação das condições financeiras pessoais que determinam o bem-estar material, como a capacidade para tomar decisões financeiras de forma consciente, falar sobre dinheiro, tratar de assuntos financeiros, fazer projeções, enfrentar novos desafios e adaptar-se às mudanças do cenário político e econômico.

Na concepção de Mandell (2008), o letramento financeiro consiste na capacidade de avaliar complexos instrumentos financeiros em diferentes contextos, empregando conscientemente as

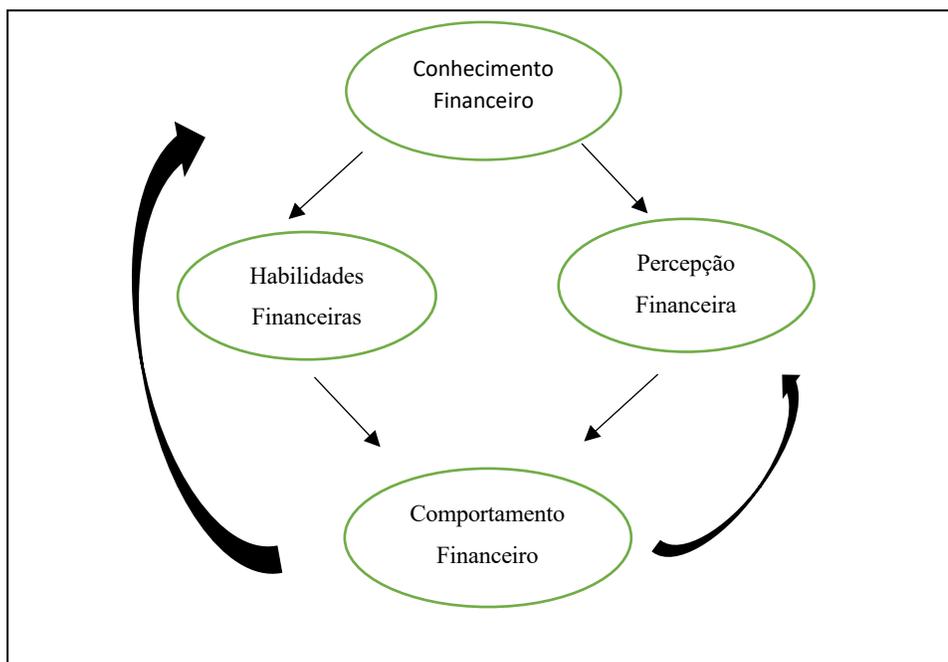
ferramentas da Educação Financeira para tomar decisões, baseando-se em dados provenientes de fontes confiáveis, o que nos parece convergir para a definição de Educação Financeira da OECD.

Em consonância com estas ideias, Hung, Parker e Yoong (2009) consideram esse letramento como processo que capacita o indivíduo a utilizar adequadamente conhecimentos e habilidades para a melhor gestão possível de seus recursos financeiros, a partir de quatro variáveis intrinsecamente relacionadas, a saber: conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e habilidade financeira.

Para esses autores, o conhecimento financeiro rege as atitudes que influenciam o comportamento na gestão financeira, atingindo resultados satisfatórios ou não, de acordo com as habilidades financeiras de cada indivíduo. Embora esses autores discutam o baixo nível de letramento financeiro da população norte-americana, não chegam a definir de forma explícita uma hierarquia dos níveis de letramento.

O conhecimento financeiro desencadeia o aprimoramento da percepção e das habilidades financeiras, que, por sua vez, produzem novos comportamentos financeiros, mais complexos e engajados aos objetivos do indivíduo, conduzindo-a à reflexão sobre sua realidade, gerando novos conhecimentos, de modo cíclico, como podemos observar na figura 2, a seguir:

Figura 2. Modelo Conceitual de Letramento Financeiro



Fonte: Hung, Parker e Yoong (2009, p. 12, tradução nossa).

Lusardi, Mitchell e Curto (2010) consideram aspectos cognitivos para determinar o letramento financeiro de um indivíduo, avaliando-o por meio de questões que envolvem os conceitos de capitalização de juros, inflação, diversificação de investimentos e risco, apesar de admitir que ele não seja totalmente determinado por habilidades cognitivas. Para essas autoras, por envolver aspectos de personalidade da formação do indivíduo, a Educação Financeira deve estar presente no currículo dos alunos do Ensino Médio:

[...] o letramento financeiro não está inteiramente determinado pela habilidade cognitiva. Embora esta variável desempenhe um papel na explicação das diferenças de conhecimento financeiro entre os jovens, não é o único fator relevante. Assim, há um papel para a educação na melhoria do conhecimento financeiro. [...] é provável que seja benéfico para fornecer educação financeira antes que os indivíduos se envolvam em contratos financeiros e antes de começarem a tomar decisões financeiras. A este respeito, pode ser importante encontrar formas de melhorar a eficácia dos programas de letramento financeiro atualmente oferecidos no Ensino Médio (LUSARDI; MITCHELL; CURTO, 2010, p. 23, tradução nossa).

Da mesma forma, Remud (2010) enfatiza a importância da tomada de decisões financeiras baseadas em informações sólidas e confiáveis. Ele realizou um levantamento sobre as diversas definições de letramento financeiro surgidas no meio acadêmico nos Estados Unidos na primeira década do século XXI. A partir deste levantamento, elencou cinco categorias de definições:

Com base em uma revisão dos estudos de pesquisa desde 2000, as muitas definições conceituais de letramento financeiro se enquadram em cinco categorias: (1) conhecimento de conceitos financeiros, (2) capacidade de comunicação sobre conceitos financeiros, (3) aptidão na gestão de finanças pessoais, (4) habilidade na tomada de decisões financeiras apropriadas e (5) confiança no planejamento efetivo para futuras necessidades financeiras (REMUD, 2010, p. 282, tradução nossa).

No entanto, Remud (2010) mostra-se cético quanto à possibilidade de chegarmos a um consenso quanto a uma conceituação de letramento financeiro amplamente aceita, dentre as diversas definições conceituais e operacionais. O meio acadêmico, as instituições financeiras públicas e privadas apresentam motivações e interesses distintos. Uma definição de letramento parte sempre de uma dada perspectiva, de uma certa visão de homem e de mundo. Sendo assim, os pesquisadores continuam livres para definir e mensurar o letramento financeiro de acordo com suas próprias concepções, segundo Remud (2010).

A OECD (2011) define letramento financeiro como uma combinação de consciência crítica, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para que cada cidadão possa tomar decisões acertadas e alcançar um nível satisfatório de bem-estar financeiro.

Lusardi e Mitchell (2011) consideram a falta de letramento financeiro um problema social, concluindo que não devemos pensar em educar financeiramente um indivíduo, mas a sociedade, de modo mais amplo. Particularmente, esses autores atribuem a crise financeira nos Estados Unidos da América no início do século XXI, em parte, ao precário letramento do povo norte-americano como um todo, embora os efeitos da crise afetem de modo mais agudo as pessoas mais vulneráveis financeiramente.

O conceito de letramento financeiro de Atkinson e Messy (2012), embasado em pesquisa promovida pela OECD, envolvendo quatorze países em quatro continentes, considera essencialmente três amplas dimensões, a saber: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira.

Teixeira (2015) também destaca a importância do conhecimento sobre a Matemática Financeira para a promoção do letramento financeiro, como concebido por Orton (2007). Tal letramento só poderia ser atingido por meio de uma instrumentalização proveniente da Matemática Financeira.

Por fim, temos a definição de Sena (2017), para quem o letramento financeiro está diretamente associado às habilidades de leitura, análise e interpretação de situações financeiras, ao conhecimento de elementos básicos pertinentes ao contexto no qual o sujeito está inserido, à sua capacidade de considerar variáveis e implicações de suas ações no processo de tomada de decisões conscientes que promovam o bem-estar financeiro individual e social.

Por tudo que vimos até aqui, parece-nos relevante refletir sobre a necessidade de implantação de propostas educacionais voltadas para o desenvolvimento do letramento financeiro nas escolas, bem como sobre as possíveis estratégias de abordagem desse tema com os alunos.

As revisões bibliográficas realizadas por Orton (2007), Hung, Parker e Yoong (2009), Remud (2010), Huston (2010), Atkinson e Messy (2012), Potrich, Vieira e Ceretta (2013), Worthington (2013) e Potrich, Vieira e Kirch (2014) apresentam mais algumas definições de letramento financeiro (Houston encontrou vinte delas), mas nos limitaremos ao já apresentado nesse texto, uma vez que podem satisfazer ao nosso objetivo principal, que é identificar propostas de Educação Financeira na BNCC.

Por fim, gostaríamos de apresentar a definição de Educação Financeira Escolar de Silva e Powell (2013), uma vez que é desta instituição que trata a nossa pesquisa.

A Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013, pp. 12-13).

De acordo com esta definição, a Educação Financeira Escolar deve ser crítica e cidadã, a serviço tanto da melhoria da qualidade de vida individual quanto do bem-estar social.

Método e Procedimentos Metodológicos

Fazemos aqui uma pesquisa qualitativa, mais especificamente uma pesquisa bibliográfica documental, como define Creswell (2010). Este autor considera que a investigação qualitativa emprega múltiplas concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos de coleta, análise e interpretação de dados.

Em nosso caso, os dados coletados foram os registros sobre as categorias: conteúdos, habilidades e competências, diretamente relacionados à Educação Financeira por meio de um estudo comparativo entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998, 2000a, 2000b) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, 2018).

Analisamos conteúdos, habilidades e competências desses dois documentos, à luz da Educação Matemática Crítica e do referencial apresentado nas seções anteriores desse texto.

Resultados

Não há menções diretas à Educação Financeira nos PCN de Matemática (BRASIL, 1997, 1998, 2000a), nenhuma referência direta quer seja em termos dos conteúdos, das habilidades ou das competências, embora alguns temas afins, como trabalho e consumo e ética e cidadania, apareçam nos PCNs dos Temas Transversais. No Brasil, inexistia uma discussão acadêmica em torno da Educação Financeira, ao passo que nos Estados Unidos e na Europa, ela ainda era incipiente. Mesmo a Matemática Financeira recebia pouquíssimo espaço. Importante ressaltar que

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, em seu artigo 22 (BRASIL, 1996), define que a finalidade da Educação Básica é a formação cidadã e o exercício profissional no mercado de trabalho. Assim, entendemos que essa temática deveria ser desenvolvida em sala de aula.

A BNCC (BRASIL, 2017, 2018), por sua vez, dedica uma atenção bem maior à Educação Financeira. As discussões sobre a relevância da Educação Financeira surgem no Brasil em 2007, ganhando força a partir de 2010, com a ENEF. Antes de abordar as habilidades específicas de cada bloco temático, ela apresenta dez competências gerais que “consustanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento”. Por competência, compreende-se a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para “exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho”.

Dentre as referidas competências, destacamos duas. Em primeiro lugar, a competência 7, que trata de consumo responsável e posicionamento ético:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 9).

Destacamos ainda a competência 10, que trata de ações responsáveis, socialmente engajadas, embasadas na ética, na solidariedade e na sustentabilidade:

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 10).

A partir do 6º ano (alunos de 11 anos de idade), já encontramos menção direta à Educação Financeira, concentrando-se nas unidades temáticas “Números” e “Grandezas e Medidas” (6º ao 9º ano, alunos de 11 anos a 14 anos de idade).

Uma das habilidades a serem exploradas no Ensino Fundamental na Educação Financeira, bem contextualizada, é a habilidade EF07MA02:

Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira (BRASIL, 2017, p. 305)

Na BNCC, a Educação Financeira se faz presente desde os anos iniciais, concentrando-se na unidade temática “Grandezas e Medidas”, com reconhecimento, manipulação, conversões e resolução de problemas no sistema monetário brasileiro, muito embora trabalhar o sistema monetário, por si só, não signifique discutir Educação Financeira. Cabe ao professor contextualizar essa discussão de modo atraente para os alunos (1º ao 4º ano, habilidades: EF01MA19, EF01MA20, EF02MA20, EF03MA24, EF04MA25).

Aqui, observamos possível menção à metodologia ativa de resolução de problemas (BARBOSA; MOURA, 2013), o estímulo à elaboração pessoal e a orientação direta para o emprego de tecnologias, no caso, da calculadora.

Na versão da BNCC para o Ensino Médio (alunos de 15 anos a 17 anos de idade), as cinco competências básicas contemplam premissas da Educação Matemática Crítica, como uso de estratégias e procedimentos matemáticos aplicáveis à realidade imediata dos cidadãos, articulação de ações matemáticas para investigar os desafios da contemporaneidade de forma ética e socialmente responsável, compreensão da flexibilidade e fluidez das representações matemáticas.

A Educação Financeira surge voltada às questões pessoais, como orçamento doméstico e investimentos, ou sociais, como condições de moradia e sustentabilidade, associada às tecnologias digitais (1º ao 3º ano, alunos de 15 anos a 17 anos de idade).

Vejamos dois exemplos. Primeiramente, a habilidade EM13MAT101 (Ensino Médio):

Interpretar situações econômicas, sociais e das Ciências da Natureza que envolvem a variação de duas grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação com ou sem apoio de tecnologias digitais (BRASIL, 2018, p. 525).

Vemos aqui, novamente, menção ao uso de tecnologias digitais. Já a interpretação das situações econômicas requer conhecimentos que extrapolam a Matemática, como conhecimentos de contexto, muito valorizados tanto na Educação Estatística quanto na Financeira, o que nos faz chamar a atenção para o papel do professor de matemática para a importância de tal conhecimento.

Em segundo lugar, temos a habilidade EM13MAT203 (Ensino Médio):

Planejar e executar ações envolvendo a criação e a utilização de aplicativos, jogos (digitais ou não), planilhas para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros compostos, dentre outros, para aplicar conceitos matemáticos e tomar decisões (BRASIL, 2018, p. 526)

Aqui, presenciemos o estímulo ao emprego de tecnologias digitais, às tarefas criativas, em detrimento das meramente reprodutivas, tão comuns na exploração da Matemática Financeira pelos livros didáticos, e estímulo à contextualização e ao pensamento crítico. Novamente, aqui tratamos de dois elementos comuns tanto ao letramento estatístico quanto ao letramento financeiro, cujo desenvolvimento junto aos alunos está sob responsabilidade do professor.

Tais observações nos permitem algumas considerações.

Considerações Finais

Analisando comparativamente a presença dos conteúdos, das habilidades e das competências diretamente associadas à Educação Financeira, concluímos que a BNCC representa um avanço na estrutura curricular brasileira.

Enquanto os PCN não abordam a Educação Financeira, garantindo apenas a presença da Matemática Financeira, a BNCC mantém a segunda e ainda amplia o espaço da primeira no currículo, propõe um trabalho centrado na realidade do aluno, tratando de problemas sociais e ambientais, estimulando o emprego de tecnologias digitais e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A despeito das polêmicas que envolveram a elaboração e publicação da BNCC, observamos que, em relação aos PCN, ela apresenta sensíveis avanços rumo à concepção de Silva e Powell (2013) de uma Educação Financeira Escolar crítica e cidadã, a serviço tanto da melhoria da qualidade de vida individual quanto do bem-estar social.

Referências

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy**. OECD, 2012.

AZEVEDO, S. S. **Educação Financeira nos Livros Didáticos de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil, 2019.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática (1.º e 2.º ciclos do ensino fundamental)** v. 3. Brasília: MEC, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática (3.º e 4.º ciclos do ensino fundamental)**. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio)**. Brasília: MEC, 2000a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais**. 2. ed. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental; Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

_____. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.

_____. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF**. 2011. Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/enef/>. Acesso em: 03 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base: Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, C. R.; TEIXEIRA, J.; COUTINHO, C. Q. S. Reflexões sobre a Educação Financeira e suas interfaces com a Educação Matemática e a Educação Crítica. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 17, n. 3, 2015.

COUTINHO, C. Q. S.; CAMPOS, C. R. Perspectivas em Didática e Educação Estatística e Financeira: reflexões sobre convergências entre letramento matemático, matemacia, letramento estatístico e letramento financeiro. In: OLIVEIRA, G. P. (org.). **Educação Matemática: epistemologia, didática e tecnologia**. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRIDDLE, E. Financial literacy: Goals and values, not just numbers. **Alliance** 34, v. 4, 2006.

FERREIRA, V. D. T. **As contribuições de uma sequência didática elaborada à luz do Modelo Epistemológico de Referência (MER), na construção dos conhecimentos relativos à educação financeira.** 2019. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019.

HUNG, A.; PARKER, A. M.; YOONG, J. **Defining and measuring financial literacy.** 2 set. 2009. RAND Working Paper Series WR-708. Disponível em:
SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1498674> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1498674>

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. Financial literacy among the young. **Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010.

MANDELL, L. Financial literacy of high school students. **Handbook of consumer finance research.** Springer, New York, NY, p. 163-183, 2008.

OECD. **Improving Financial Literacy:** Analysis of Issues and Policies. Paris: Secretary General of the OECD, 2005a.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Directorate for Financial and Enterprise Affairs.** Jul. 2005b. Disponível em <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2019.

_____. **Annual Report 2008.** Paris: Secretary General of the OECD, 2008.

_____. Measuring financial literacy: Questionnaire and guidance notes for conducting an internationally comparable survey of financial literacy. **Periodical Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy**, 2011.

ORTON, L. **Financial Literacy:** Lessons from international experience. Canadian Policy Research Network - CPRN Research Report. September, 2007.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 314, 2013.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. In: **Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais**, São Paulo, pp. 1-24, 2014.

REMUD, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of consumer affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

SENA, F. D. L. **Educação financeira e estatística**: estudo de estruturas de letramento e pensamento. 2017. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica**: a questão da democracia. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. 2015. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Brasil, 2015.

TFOUNI, L. V. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

_____. **Adultos não alfabetizados em uma sociedade letrada**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Aspects of Literacy Assessment**: Topics and issues from the UNESCO Expert Meeting. Paris, 10-12, June, 2003.

VITT, L. A. Consumers' financial decisions and the psychology of values. **Journal of Financial Services Professionals**. nov. 2004. Disponível em: <https://www.isfs.org/documents-pdfs/jfsp-vitt-article-11-04.pdf>

WORTHINGTON, A. C. Financial literacy and financial literacy programmes in Australia. **Journal of Financial Services Marketing**, v. 18, n. 3, p. 227-240, 2013.

Recebido em 07 de junho de 2019.

Aprovado em 17 de novembro de 2019.